

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO TARRAFAL

ANO 2009

Enquadramento

Findo o exercício económico e em consonância com o disposto no Estatuto dos Municípios, a Câmara Municipal obriga-se a elaborar, a aprovar e a submeter à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Actividades.

O Plano de Actividades para 2009 foi elaborado num contexto de crise financeira com repercussões em grande escala na economia mundial, provocando desaceleração do crescimento da economia mundial, com vários casos aqui e acolá de estagnação e outros até de regressão, aumento quase que generalizado do desemprego, situação a que Cabo Verde, com uma economia de Serviços, não soube dar a volta por cima.

No caso concreto do Município do Tarrafal, a situação da crise internacional não passou despercebida, pois alguns dos países da procedência dos nossos investidores, designadamente Irlanda e Escócia foram gravemente afectados pela crise, acabando por comprometer o arranque de projectos de grande envergadura e que teriam grande impacto na redução do desemprego e da pobreza no município.

A base da economia municipal continua a ser dominada largamente pelo sector da agropecuária, este último bastante dependente da queda das chuvas que em 2008 por não ter sido suficiente para proporcionar um bom ano agrícola, obrigou a Câmara Municipal a encetar medidas políticas de emergência para ajudar as populações a contornarem a difícil situação socioeconómica que se anunciava.

Pese embora a conjuntura económica nacional e internacional desfavoráveis, as linhas de força do Plano de Actividades foram respeitadas, tendo sido materializadas as actividades consideradas estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. Paralelamente, foram empreendidas medidas políticas de natureza social, no sentido de minimizar as dificuldades socioeconómicas das famílias que poderiam agravar-se em consequência do resultado do ano agrícola que acabou por ficar muito aquém das expectativas.

Num tal contexto, o bom senso obriga a que, na implementação do Plano de Actividades, sejam tomadas medidas de adaptação na implementação do Plano, sacrificando alguns projectos, em detrimento daqueles que maior impacto têm no desenvolvimento futuro do Concelho, conjugados com os que melhor contribuem na atenuação dos efeitos sociais da crise. Constatou-se, assim, que a criação de empregos foi o determinante principal na realização das despesas municipais, objectivo este claramente assumido.

Neste âmbito, teve-se que suspender e adiar os investimentos em equipamentos colectivos comunitários, para se dar prioridade aos investimentos importantes nos domínios da electrificação, do abastecimento de água, da rede viária urbana e de manutenção das redes viárias rurais.

De entre as principais realizações e de forma muito resumida, destacam-se: os avanços conseguidos nas obras de arruamento em Vila e Chão Bom; os progressos conseguidos nas ligações de água domiciliária que passaram de 3.724 em 2008 para 3.858 em 2009, um crescimento de 3,6%, ultrapassando o número de agregados familiares do censo de 2000 que era de 3.878; Centro Comunitário de Ribeira das Pratas; a construção e a melhoria das redes viárias rurais em Achada Biscainhos, Mato Brasil, Figueira Muita, Achada do Meio e Curral Velho. Com estas obras, a Câmara Municipal criou pouco mais de 1000 postos de trabalho, ao longo do ano

A razão de sobrevivência das famílias imperou sobre os demais objectivos do plano, obrigando a Câmara Municipal a adoptar um plano de emergência, ficando comprometido vários outros projectos. Consequentemente, e em conformidade com as orientações do Plano de Actividades, serviu-se de recursos internos para criar novos postos de trabalhos, com o objectivo de evitar a derrapagem da situação sócio-económica de um bom número de famílias, garantindo-se-lhes o mínimo para a satisfação das necessidades básicas. Seguindo esta linha de orientação política, na execução de obras municipais, teve-se que dar primazia à política de emprego público, assumindo a gestão directa das obras, em detrimento de empreitadas que proporcionariam um nível superior de eficiência e de produtividade e, por conseguinte, mais eficaz.

Obviamente que o recurso ao trabalho intensivo para a realização de obras, como forma de garantir o emprego, resulta em perda de produtividade, mas a contrapartida social que daí advém, acaba por mitigar as perdas de produtividade e engendrar um certo equilíbrio e

bem estar social, condições fundamentais para implementações de políticas de desenvolvimento.

1. Administração e Finanças

1.1. Administração

A administração representa a espinha dorsal do sistema, pois, dela dependem a dinâmica de funcionamento e o desempenho de todas as actividades camarárias, evitando que se transforme num empecilho na prossecução das metas e dos objectivos dilineados. Trata-se de um sector que deve estar completamente extrovertido, recebendo e engendrando inputs de e para os demais sectores de actividades, e que, por conseguinte, tem sido submetido a um continuado processo de reformas e bastante zeloso no cumprimento das leis e normas vigentes. Para além do processo contínuo de reforma a que se encontra submetido o sector, tem-se assumido o controlo rigoroso das finanças municipais, na perspectiva de contrariar a tendência crescente das despesas da Administração Pública, como sendo o pilar de desenvolvimento municipal.

O Plano de Actividades para o ano de 2009 deu continuidade à linha de orientação que vem sendo seguido nos últimos tempos, prevendo a realização de um conjunto de actividades, cujo objectivo primordial visa impor maior celeridade ao funcionamento da administração municipal e torna-la menos dispendiosa possível. De entre as actividades levadas a cabo, destacam-se:

- a) Regularização da situação jurídica do terreno municipal a noroeste, a maior propriedade da Câmara Municipal;
- b) Encontros regulares entre chefias, no intuito de eliminar os constrangimentos intersectoriais e melhorar o desempenho dos Serviços;
- c) Melhoria de desempenho, através da distribuição de tarefas;
- d) Consolidação do funcionamento da Delegação Municipal de Achada Tenda.
- e) Reorganização e reinstalação dos serviços da Câmara Municipal, por forma a proporcionar melhores condições de trabalho aos funcionários e maior acessibilidade aos utentes;
- f) Melhoria de funcionamento dos serviços de parque-auto, através de um controlo mais rigoroso do pessoal e dos equipamentos;

- g) Formação do pessoal nas áreas de contabilidade e de finanças municipais e no domínio de sistema de informação municipal;
- h) Encontros entre chefias, identificando e eliminando os constrangimentos de funcionamento inter e intra-sectoriais;
- i) Prossecução da informatização dos Serviços, com o alargamento do Sistema de Informação Municipal ao Sector das Taxas e Licença e dos impostos;
- j) Gestão mais rigorosa do pessoal através do controlo da assiduidade, da instauração de processos disciplinares, incentivando o pessoal a adoptar posturas e atitudes de servidores publicos e sancionando os comportamentos que comprometem o bom funcionamento e a missão da Câmara Municipal;

A análise do desempenho administrativo, traduzido em números, vem espelhada no quadro seguinte:

Tarefa	2005	2006	2007	2008	2009
Emissão de licença comercial	20	18	13	20	27
Licença de aluguer de viatura	11	7	17	14	19
Licença de comércio ambulante	17	10	14	9	12
Lote de terreno vendido	288	214	243	300	176
Covato vendido	22	30	25		
Emissão de certidão de escritura	133	101	113	108	172
Registo matricial de prédio	104	293	400	594	153
Certidão matricial emitida	220	368	452	43	526
Licenciamento de obra	228	92	146	82	141
Licenças de obra renovada	487	139	324	223	398
Correspondências recebidas	2.405	2.654	1.286	3.143	2.988

Correspondências expedidas	434	308	160	280	314
Certidões emitidas	20	51	10	41	21
Atestados passados	1.158	1.098	648	1065	923
Declarações passadas	37	121	90	365	1016

1.2. Execução orçamental

Na execução orçamental primou-se pelo respeito da legislação vigente e das deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. A observância pelos princípios e normas legais visa garantir a transparência da gestão municipal e a boa alocação dos recursos municipais. O pessoal afecto às áreas financeira e de contabilidade foi contemplado com varias acções de formação, visando melhorar o desempenho neste dominio. Houve necessidade de se proceder a duas alterações orçamentais, no sentido de se ajustar algumas rúbricas orçamentais de verbas às despesas que nuns casos se revelaram deficitárias e noutros se revelaram excedentárias, através de transferências de verbas inter-rúbricas e inter-capítulos. O resumo do balanço provisório da execução orçamental vem espelhado no quadro seguinte:

(em escudos)

Receitas	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Correntes	89.681.505	148.739.911	321.309.698	193.883.740	183.221.136
Receitas de Capital	60.587.956	245.194.325	187.303.381	118.943.178	83.429.733
Passivo Financeiro				20.672.706	
Contas de Ordem	38.511.897	30.574.388	36.733.552	38.211.712	32.200.436
Total	188.781.358	424.508.624	514.211.797	371.711.336	298.851.305
Despesas					
Despesas correntes	121.937.160	147.613.653	182.277.932,8	198.289152	198.943.972
Despesas de Capital	32.433.536	85.589.161	168.875.800	117.871.455	67.092.454
Passivo Financeiro					14.965.394
Contas de Ordem	36.567.127	32.159.851	33.923.761	38.070.758	38.662.131
Total	190.937.823	235.936.056	354.583.242,8	354.231.365	319.663.951

2. ACTIVIDADES SÓCIO-ECONÓMICAS,

Neste capítulo estão agregadas duas grandes secções: 1) luta contra a pobreza e acesso aos bens e serviços essenciais; 2) promoção de actividades económicas.

2.1. Luta Contra pobreza e acesso aos bens e serviços essenciais

2.1.1 – Abastecimento de água

A aposta na melhoria do abastecimento de água faz deste concelho o líder na matéria nesta ilha e continua-se a somar vitórias. O número de ligações domiciliárias passou de 3.724 em 2008 para 3.858 em 2009, um crescimento de 3,6%, mais moderado do que no ano precedente, o que se explica pela aproximação da taxa de cobertura integral do Concelho. Este número de ligações, quando comparado com os dados da projecção do INE, no que concerne à evolução da população (22.078) e do número de agregados familiares (4.596), a

supor que cada agregado familiar habita uma casa, eleva a taxa de ligação domiciliária de água para 84%! Esta taxa pode ser ligeiramente superior tendo em conta que existem inúmeras situações de agregados familiares que coabitam a mesma moradia. Neste sector, os desafios dos próximos tempos vão focalizar-se na melhoria qualitativa e quantitativa da água, bem como na securização do sistema de abastecimento.

Para uma análise mais pormenorizada da situação de abastecimento de água no concelho, sugerimos a leitura do Relatório do Serviço Autónomo de Água e Saneamento, em anexo, que faz parte integrante do presente relatório.

2.1.2 – Cobertura energética

O Concelho marcou passos importantes neste sector no ano de 2009, com a construção das redes eléctricas de Biscainhos e Achada Biscainhos. De fora da area de cobertura ficam apenas as zonas de Lagoa e Achada Lagoa, zonas onde se verifica um forte fenómeno de êxodo rural em direcção aos centros urbanos de Vila e Chão Bom, permanecendo ali um número reduzido de pessoas. Esta situação interpela a se reflectir sobre o tipo de investimento a ser realizado, pois seria um investimento com custo percapita extremamente elevado. Convém lembrar que houve um entendimento entre a Câmara Municipal e o Governo em 2005 no sentido de se conjugar esforços para a electrificação do municipio, tendo a Câmara Municipal assumido um conjunto de zonas e o Governo outro. Estas duas zonas constam do pacote assumido pelo Governo, quem deverá pronunciar-se sobre o tipo de electrificação para as mesmas. A nivel da ilha, Tarrafal é o primeiro a registar uma cobertura de energia eléctrica que ronda os 98%! Neste momento situa-se entre os quatro primeiros Concelhos do país, sendo os restantes S. Vicente, Sal, Boavista e Maio.

No sector da energia, deve-se igualmente relçar uma experiência inédita em Cabo Verde que consiste na electrificação de toda a zona de Fazenda com energia solar, através de instalação de painéis solares fotovoltaicos centralizados e distribuição de energia a 32 duas resiências. Trata-se de um projecto financiado pelo Governo Canário no âmbito da cooperação descentralizada, experiência que se pretende levar a outras comunidades de reduzido número de habitantes e de casas dispersas.

2.1.3 - Saúde

As acções da Câmara Municipal, neste sector, visam facilitar o acesso aos cuidados de saúde e a promoção da saúde pública. O essencial das responsabilidades do sector recaem sobre o Governo. Neste âmbito e com vista a minimizar as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, a Câmara Municipal tem apostado na formação e colocação de agentes sanitários nas diversas comunidades rurais, na atribuição de subsídios para: realização de exames médicos e de consultas; aquisição dos medicamentos e evacuação de doentes. De sublinhar que, no que diz respeito à aproximação dos cuidados básicos de saúde das populações, neste momento, quase todas as comunidades rurais têm a presença de um agente sanitário.

Destaca-se ainda o grande envolvimento da Câmara Municipal, através dos agentes sanitários e de meios de transporte, nas campanhas de sensibilização da população, de vacinação e de combate às doenças de origem hídricas.

A aposta na melhoria qualitativa dos serviços prestados pelos agentes sanitários, obrigou a Câmara Municipal a implementar um plano de controlo de assiduidade e de desempenho dos agentes sanitários em parceria com a Delegacia de Saúde no concelho. Complementarmente a esta medida, houve encontros regulares entre os agentes sanitários, o Delegado da Saúde e a Vereadora da área para avaliação regular do desempenho dos agentes sanitários.

Quanto aos subsídios concedidos, neles foram contemplados exclusivamente famílias carenciadas e na maioria dos casos subsidiados do Serviço Social da Câmara Municipal. Segundo os registos existentes, os apoios concedidos a cerca de 125 pessoas carenciadas, em medicamentos e realização de exames médicos, totalizam cerca de 884.000\$00.

No domínio da evacuação de doentes para os hospitais regional e central, 2009 ficou marcado por uma grande vulnerabilidade, pois a ambulância afecta a Delegacia de Saude esteve avariada, ficando os casos de evacuação dependentes exclusivamente de uma ambulância adaptada pertencente ao serviço municipal da protecção civil.

2.1.4 - Ensino e Formação

As competências da Câmara Municipal nos domínios do ensino e da formação são subsidiárias e complementares às do Governo, exceptuando-se o subsistema do pré-escolar. Porém, deve-se realçar uma postura cada vez mais interventiva e com grande impacto

social, por parte da Câmara Municipal, nas áreas do ensino básico e secundário, bem como na de formação.

No ensino pré-escolar, onde as competências são exclusivamente da Câmara Municipal, registam-se avanços consideráveis, numa aposta clara de promover a igualdade de oportunidades entre as crianças das diversas comunidades do concelho, independentemente do facto de haver ou não um número mínimo de crianças que justifique a abertura de um jardim infantil. Nesta ordem de ideias, existe uma cobertura territorial com jardins de infância em quase 100%, continuando sem cobertura a localidade de Fazenda que tem apenas 32 famílias.

Na Vila, dado ao elevado número de crianças existente, existem iniciativas privadas tais como: a da Organização das mulheres de Cabo Verde e a da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Todas elas beneficiam de subsídios para o funcionamento atribuídos mensalmente pela Câmara Municipal. Para o primeiro caso atribui-se um subsídio de 22.000\$00 mensalmente para o pagamento de salários de duas monitoras e, para o segundo caso, atribui-se um montante de 33.000\$00 mensalmente, para cobrir o salário de uma monitora e a renda do edifício onde vem funcionando o Jardim.

No que tange aos transportes escolares, a Câmara Municipal continua dando primazia aos transportes privados para garantir este tipo de serviço que, por enquanto, é mais económico do que um sistema de transporte camarário de alunos. Durante o ano, foram contemplados 160 alunos do ensino secundário, com montantes que variam entre 1.500\$00 a 2.000\$00, perfazendo, no final do ano, um montante de aproximadamente 1300.000\$00. A pedido da população de Achada Tenda, a Câmara Municipal teve que colocar em linha um autocarro para transporte dos alunos dessa zona devido a dificuldades manifestadas pelos privados em assegurar este serviço para a zona em questão.

No ensino secundário, foram contemplados: de 51 alunos com o pagamento de propinas junto de estabelecimentos de ensino privado no concelho, propinas cujos montantes variam entre 3.000\$00 e 4.000\$00 mensal, perfazendo um total anual de aproximadamente 1400.000\$00; atribuição de 100 uniformes aos alunos carenciados do Concelho no ensino secundário.

A Câmara Municipal manteve ainda parceria com a Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior no que concerne à preservação, à limpeza e à higiene nas escolas,

abrangendo os Pólos de Trás-os-Montes, Achada Moirão, Achada Tenda, Achada Longueira, Ribeira Prata, Chão Bom e Vila. A parceria com a Delegação do Ministério da Educação alargou-se, também, às áreas de Segurança no caso das escolas de Vila e Chão Bom; ao cultivo de hortos-escolares em Trás-os-Montes, Achada Tenda e Vila; à disponibilização de espaços nos centros multi-usos, para leccionação – Curral Velho, Achada Biscainhos, Biscainhos e Figueira Muita.

Salienta-se ainda que, para além da parceria com a Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior, no âmbito do ensino primário, estabeleceu-se também acordos de cedência de espaços nos centros multi-usos à Direcção Geral de Educação e Alfabetização de Adultos em Biscainhos, Achada Biscainhos e Curral Velho.

Deve-se ainda frisar um apoio mensal no valor de 10.000\$00 a duas Crianças invisuais, da zona de Lagoa, através da Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior, para frequentarem um centro de ensino especializado na Cidade da Praia.

A formação, eleita por esta Câmara Municipal como a principal alavanca de desenvolvimento, tem sido uma grande aposta, tanto na vertente profissional, como na vertente superior e o ano de 2009 reconfirma a determinação da Câmara Municipal na valorização dos recursos humanos, não só na perspectiva de proporcionar aos jovens uma oportunidade de emprego, mas também para que o desenvolvimento endógeno, baseado nas competências locais, venha a ser uma realidade. A atribuição de vagas, com subsídios de bolsas a 210 estudantes para a frequência do ensino profissional em Portugal, a concessão de bolsas de estudos a 53 estudantes nas universidades e escolas superiores no país, traduzem a grande determinação e a aposta da Câmara Municipal em promover o acesso à formação para os jovens tarrafalenses, dando primazia ao saber e ao conhecimento como vias privilegiadas de promoção do desenvolvimento.

A aposta na formação profissional, neste concelho, entrou numa nova fase, com a abertura de um centro de formação de iniciativa privada que arrancou a sua primeira experiência através de um curso de contabilidade de nível III. De salientar que o referido centro dispõe de alvará e de parceria do Instituto de Emprego e de Formação profissional. A Câmara Municipal, enquanto parceira da escola, limitou-se em 2009 a financiar o pagamento das propinas a 10 formandos.

2.2 – Assistência aos grupos vulneráveis

O elevado nível da pobreza existente neste concelho, cerca de 42%, requer da Câmara Municipal esforços e canalização de recursos através dos sucessivos Planos de Actividades, no sentido de minimizar a pobreza extrema e combater a exclusão social. De entre as principais acções desencadeadas, destacam-se os subsídios e bolsas de estudos aos alunos filhos de pais com dificuldades socioeconómicas, os apoios em medicamentos e assistência médica e medicamentosa, apoio na construção de habitação social, subsídio alimentar e transporte escolar.

a) Habitação social

Para solucionar o défice da habitação social no concelho deve-se fazer uma aposta contínua e duradoura, orientação que vem seguindo esta Câmara Municipal. Todavia, o ano de 2009, face à difícil situação socioeconómica das famílias, este sector foi um dos sacrificados em detrimento da política de criação de empregos. Os dados que se seguem espelham o abrandamento do desempenho da Câmara Municipal durante 2009. Foram concluídas 14 moradias visando atender a demanda de famílias que por motivo de ordem económica não tinham onde abrigar-se; 30 isenções de pagamento de taxas de licença, custando aos cofres da Câmara Municipal uma média de 360.000\$00. Todos esses apoios foram concedidos com base na selecção dos beneficiários feita pelos Serviços Municipalizados da Promoção Social, com o apoio e envolvimento das Associações de Desenvolvimento Comunitário. Foram cedidos cerca de 60 projectos-tipo cujo custo total ronda os 2.000.000\$00; melhoria de habitação a famílias carenciadas, nomeadamente colocação de portas e janelas.

Os investimentos feitos na promoção da política de habitação social pela Câmara Municipal rondam os 3.000.000\$00, muito aquém do esforço feito no ano precedente.

b) Subsídio alimentar

A difícil situação social e económica que se viveu no concelho resultado do efeito conjugado da crise económica internacional, com a fraca produção da agricultura de sequeiro e a ausência de acções do Governo no que tange à promoção do emprego no meio rural, obrigou a Câmara Municipal a esforços suplementares em matéria de apoio às famílias. Teve-se que aumentar os subsídios às famílias passando o número de contemplados de 220 em 2008 para 267 em 2009, sendo: 50 em regime fixo e mensal, com

um montante de 2.500\$00 cada; 217 famílias com apoios pontuais, oscilando entre os 2.500\$00 e 6.000\$00, perfazendo um total de 2.000.000\$00.

c) Assistência na doença

Os custos de acesso à saúde têm sido uma autêntica barreira para as famílias economicamente mais débeis. Para minimizar as dificuldades de acesso, durante 2009 foram contemplados cerca de 125 pessoas, com apoios para transporte, exames médicos, aquisição de medicamentos, no valor de 884.000\$00.

d) Apoios diversos

Vários outros apoios pontuais foram concedidos, destacando-se: 15 caixões por um total de 330.000\$00; 15 colchões, num total de 120.000\$00; renda de casa para 5 famílias carenciadas, num total de 220.000\$00; apoios para aquisição de lentes graduados a 7 pessoas, no valor de 105.000\$00;

De realçar que a abordagem da problemática de Luta Contra a pobreza e da promoção do acesso aos bens e serviços essenciais não se limita apenas a atribuição de subsídios. Efectivamente, foram levados a cabo uma série de trabalhos de sensibilização no terreno, no intuito de aconselhar e de orientar as famílias, quer directamente pelo Pelouro de Desenvolvimento Social e Comunitário quer através da Equipa Técnica Ambiental Municipal, quer através das Associações de Desenvolvimento Comunitário, campanhas essas que visaram incutir nas famílias uma postura proactiva face à pobreza, atacando as diversas formas de manifestação da pobreza, recorrendo-se aos recursos disponiveis nas familias ou disponibilizados pelas instituições mas que são sub ou mal aproveitados. As campanhas levadas a cabo abarcaram temas diversas, com destaque para: o uso racional da água e sua implicação ambiental; direitos e deveres das crianças; o consumo da droga e suas implicações; a importância da alimentação e da educação física na saúde; a saúde pública; o planeamento familiar; a gravidez precoce; o consumo de bebidas alcoólicas; a criação do auto emprego; abarcando diversas comunidades, em comemoração de eventos e datas importantes, com destaque para: Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial da Família, Dia Mundial dos Idosos, Dia Internacional da Criança, Dia Mundial de Luta Contra a SIDA, Natal dos Doentes e dos Idosos.

2.3 - Promoção de actividades económicas

O Município tem feito um grande esforço na promoção de actividades económicas, pois esta é a via privilegiada e efectiva de combate ao desemprego e à pobreza. Naturalmente que os esforços da Câmara Municipal são de alcance limitado se o Governo, quem detém competências centrais na matéria, não assumir na plenitude as suas responsabilidades. A Câmara Municipal, no âmbito das atribuições subsidiárias e complementares que lhe são reservadas, tem estado à procura de parcerias privadas para promover a economia local, designadamente nos sectores da agricultura, da pesca, da pecuária e do turismo.

2.3.1 - Turismo

O ano de 2009 como é sabido, foi marcado pela grande crise financeira mundial, o que afectou sobremaneira várias economias e Cabo Verde não fugiu à regra. O turismo emergente em Cabo Verde foi seriamente afectado, a começar pela ilha do Sal e contagiando todo o resto do país. Durante 2009 factos novos no domínio do turismo, limitaram-se a contactos com o Grupo Girassol Tours e os proprietários do restaurante Sol e Luna, ambos desejosos de investir em residenciais e continuam aguardando pela resposta da Câmara Municipal. No concernente aos grandes investimentos, alguns com projectos de construção já aprovados não avançaram seguramente devido a restrições impostas pelos bancos no acesso ao crédito. O Município continua a apostar fortemente na preservação e valorização da sua vantagem competitiva, implementando políticas de defesa e preservação do meio ambiente, valorizando e promovendo a cultura e tradição municipais.

2.3.2 – Agricultura e Pecuária

Em se tratando de um sector onde as políticas e acções de fundo são da competência do Poder Central, de entre as actividades levadas a cabo pela Câmara Municipal em 2009 destacam-se:

a) Política de incentivo à pecuária enquanto actividade geradora de emprego e de rendimento para as famílias, disponibilizando espaços aos criadores e aos jovens desempregados;

b) Prossecução da política de apoio e incentivo às actividades da Associação dos Agricultores e Criadores de Colonato através de: pagamento de salários a dois guardas que vigiam o sistema de distribuição da água; concessão de subsídio de exploração à Associação dos Agricultores de Fazenda que se destina a suportar os custos com aquisição

de combustível e com o pagamento da taxa de água ao Serviço Autónomo de Água e Saneamento;

c) Fomento de pequenos horto-familiares através da disponibilização do excedente da água de consumo e recurso ao sistema de rega gota-gota nas localidades de Fazenda, Mato Mendes e Achada Porto, política que visa melhorar a dieta alimentar das famílias e torná-las menos dependentes da agricultura de sequeiro e do trabalho das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra.

2.3.3 - Pescas

Não obstante tratar-se de um sector que garante emprego a muitas famílias, continua sendo objecto de pouca atenção por parte de quem detém competência fundamental na matéria, isto é, o Governo. Por parte da Câmara Municipal, as acções têm sido orientadas para incentivo e apoio aos pescadores e peixeiras no sentido da preservação e criação de postos de trabalho e, ao mesmo tempo, melhorando o rendimento para a família. De entre as acções lavadas a cabo se destacam: encontros com a comunidade piscatória para reflexão sobre as vias possíveis de solucionar os problemas do sector; campanha de preservação das praias e das espécies; subsídios aos pescadores com vista à aquisição de novas embarcações e aquisições de motores de popa; continuação da parceria com a Associação dos pescadores com vista a garantir o espaço para o funcionamento da sede da referida Associação e de um espaço que alberga uma loja para venda de acessórios de pesca e máquina para produção de gelo.

2.3.4 - Comércio

Está-se perante um sector onde, segundo os comerciantes, houve uma queda acentuada de rendimento, o que não é indiferente ao grande nível de desemprego que afecta o concelho e a entrada dos chineses no mercado. Aliás, algumas casas comerciais e comerciantes do sector informal abandonaram a actividade, agravando ainda mais o desemprego. A situação poderia ter se agravado mais ainda se não tivesse sido o novo mercado municipal que constitui um espaço atrativo e dinâmico para o comércio informal.

A Câmara Municipal, enquanto entidade concessionária da licença comercial, interveio ainda na vistoria e fiscalização da actividade comercial, sendo que esta última levada a cabo em concertação e conjuntamente com os serviços afectos ao Poder Central.

O domínio do comércio formal continua a debater com a concorrência desleal praticada por certos comerciantes do sector informal, oriundos de outros concelhos, através de vendas ambulantes em viaturas. A situação já é do conhecimento quer da Câmara Municipal quer da Policia local que não se têm poupado a esforços, mas continua sendo uma actividade de difícil controlo.

Como frisado mais acima, o sector do comércio informal, consequência das melhores condições da prática do comércio informal e gestão do sector através de um Serviço Autónomo, vem mitigando em grande medida a crise que assola o sector. Efectivamente, torna-se notória a melhoria da organização do sector, consubstanciada na melhoria das condições de conserva dos produtos, sobretudo os do sector alimentar, designadamente: peixe, carne, hortaliças, frutas e doçarias. Os ganhos proporcionados pela utilização dos espaços no novo mercado são de natureza sanitária e económica. No dominio sanitario, é obvio que as melhores condições de preservação e exposição dos produtos, traduzem-se em redução de riscos para a saúde pública. Do ponto de vista económico, os comerciantes, para além de passarem a beneficiar da melhoria da longevidade dos produtos, passaram também a realizar uma poupança substancial, graças ao desaparecimento do custo dos transportes diários.

2.3.5. Promoção do acesso ao emprego.

Constatando-se que a elevada taxa de pobreza do concelho deve-se, em grande medida, à elevada taxa de desemprego existente, a Câmara Municipal tem levado a cabo medidas de promoção do emprego, direccionadas, sobretudo, para jovens e mulheres chefes de famílias. Com vista a minimizar o problema de desemprego e aliviar as consequências dos sucessivos maus resultados dos anos agrícolas, a Câmara Municipal, através de execução de obras municipais, garantiu cerca de 1001 postos de trabalho sasonais, com a duração média de 3 meses e meio. Medidas complementares foram também implementadas na promoção do auto-emprego através de: concessão de crédito a oito jovens chefes de familia na aquisição de embarcação de pesca, incluindo motor de popa; distribuição de terrenos a jovens desempregados para a prática da pecuária enquanto actividade geradora de emprego e de rendimento; financiamento de actividades geradoras de rendimento no âmbito do comércio informal.

3 - Protecção Civil

Trata-se de um sector que vem sendo objecto de atenção crescente à medida que se alarga a urbanização do Concelho. Com efeito, crescendo o fenómeno urbano, aumenta-se a probabilidade de ocorrência de delinquência, de perturbação da ordem pública, de acidentes e sinistralidades. No sentido de manter controlada a situação e de garantir um clima de sossego e de tranquilidade quer aos munícipes quer aos nossos visitantes, A Câmara Municipal criou um Serviço de Protecção Civil que foi minimamente equipada para atender a situações de sinistralidade e de emergência. O Serviço está equipado com uma viatura urbana de combate ao incêndio, uma ambulância, uma rádio-comunicação e um bote salva-vida para resgate no mar. O funcionamento deste Serviço facilitou a intervenção da Câmara Municipal com maior eficiência em duas situações de combate aos incêndios ocorridos no concelho e na campanha de luta contra a epidemia de dengue que assolou o país no último semestre do ano. Registaram-se ainda outras acções, designadamente: a formação dos bombeiros voluntários; a segurança dos banhistas com a presença nas praias de nadadores-salvadores; encontros com a Polícia Nacional por forma a garantir a presença dos seus agentes em locais de concentração de pessoas e realização de operações de rusgas nos locais de diversão nocturna.

4 - Emigração

A diáspora caboverdiana é identificada como sendo uma mais valia no processo de desenvolvimento do país. Por conseguinte, vários têm sido os esforços no sentido de aproximar os emigrantes do país natal e de sensibilizá-los a aumentarem os esforços no desenvolvimento do país.

Neste âmbito, realizou-se o tradicional encontro com os emigrantes em férias, no mês de Janeiro, por ocasião das festividades do dia do município, onde lhes foi dado a conhecer as oportunidades que o país oferece em matéria de investimentos e aproveitaram para colocar os tradicionais e recorrentes problemas relacionados com: o elevado custo das viagens; o excesso dos impostos alfandegários; o excesso da burocracia nos diversos serviços nacionais, a começar pelas Alfândegas; as dificuldades de contacto com as nossas embaixadas, entre outras.

O encontro contou com a presença dos representantes dos bancos e do Presidente do Instituto das Comunidades que aproveitaram para apresentar os serviços prestados pelas

respectivas instituições e, ainda, prestarem os esclarecimentos que lhes competiam dar em relação às questões colocadas.

De há dois anos a esta parte, vem-se realizando um segundo encontro, no mês de Julho, com os descendentes dos nossos emigrantes, particularmente os da segunda e terceira gerações, no sentido de melhorar o conhecimento de que dispõem sobre o país e o Concelho. Esta iniciativa tem como pressuposto de que, conhecendo melhor a terra dos seus pais, estarão melhor preparados para enfrentarem os desafios e se integrarem socialmente no país de acolhimento. E quanto mais intragados estiverem, maior é a probabilidade de sucesso e maior é a possibilidade de contribuírem para o desenvolvimento deste concelho, em particular, e do país, em geral.

5 – Cooperação

Depois de o Governo ter decidido a orçamentação de todos os recursos da cooperação bilateral, gerindo-os directamente ou através de algumas Organizações Não Governamentais, as políticas municipais de desenvolvimento sentiram-se seriamente ameaçadas e os municípios, particularmente os da oposição, tiveram que reinventar novas formas de mobilização de recursos junto dos parceiros. É neste contexto que, Tarrafal em 2008, conseguiu estabelecer um protocolo de cooperação em rede com 9 municípios portugueses, todos parceiros do Tarrafal. Esta inovação já surtiu resultados tendo sido já mobilizados, durante 2009, meios importantes para escolas, jardins infantis e protecção civil, destinados ao município do Tarrafal, meios esses que chegarão ao Concelho nos próximos meses. Durante o ano foi também alargada a rede de cooperação ao Brasil, tendo sido celebrado um protocolo de geminação com o Município de Aquiraz do Estado do Ceará, acordo que abrirá ao Tarrafal novas portas de acesso aos recursos, tecnologias e experiências para promover o desenvolvimento. Durante o verão e pelo período de uma semana, estiveram, no Concelho, a convite da Câmara Municipal, um grupo de funcionários da Marinha Grande, com o propósito de identificar áreas onde podem assistir tecnicamente a Câmara Municipal. Registou-se ainda a participação do Município na Feira de artesanato de Marinha Grande, o que representou uma oportunidade para a promoção do Concelho e do artesanato local. Uma Delegação da Câmara Municipal deslocou-se a Portugal onde esteve de visita às diversas escolas profissionais, reforçando as relações de cooperação existentes com o nosso município e negociando a parceria para a realização de formações aqui no Concelho.

Ainda, no âmbito da cooperação, merecem ser destacados os acordos de cooperação rubricados com a Escola Profissional de Marquês de Pombal e o Instituto Profissional de Transporte, visando acolher os jovens tarrafalenses para formação.

6 – Urbanismo, Saneamento e Meio Ambiente

6.1. Urbanismo

O território, enquanto recurso, erige-se como um pilar fundamental do desenvolvimento, razão por que a gestão que é feita do mesmo condicionará em larga escala a qualidade e o ritmo de desenvolvimento local. Em todo o país, o problema da gestão do solo tem-se colocado e Tarrafal não foge à regra. Apesar de ainda não estarem concluídos o Plano Director Municipal e o Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila, este colectivo autárquico tem primado a sua política pela cautela e prudência, elaborando pequenos planos detalhados para atender a pedidos pontuais de lotes de construção, evitando, deste modo, a tentação de construções clandestinas, sem que contudo se comprometa, quer os recursos ambientais catalisadores de um desenvolvimento sustentável, quer um crescimento urbano controlado e harmonioso. Os planos detalhados de loteamento elaborados em 2009 são em número de quatro, sendo um para Achada Tomás, um para Matadouro, um para Achada Chão Bom e um para Ponta de Atum, totalizando 238 lotes.

No domínio de Planificação urbana, deve-se destacar: 1) a conclusão dos trabalhos da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Chão Bom e do Plano Detalhado de Ponta Ribeira, tendo sido aprovados pelos órgãos municipais e encaminhados ao Governo para efeito de homologação, donde ainda se aguarda a reacção; 2) os trabalhos de elaboração do Plano Director Municipal, adjudicados à Empresa Loid Engenharia e que se encontram numa fase bem avançada, devendo os dois instrumentos de gestão do solo serem aprovados ainda no primeiro semestre de 2010.

6.2 - Meio Ambiente

A elaboração e a coordenação da implementação dos programas e projectos ambientais são atribuições da Equipa Técnica Municipal Ambiental (ETMA). O programa é implementado de forma descentralizada em parceria com as Associações de Desenvolvimento Comunitário, visando obter um grande compromisso da sociedade civil perante as questões ambientais, via privilegiada para alcançar a excelência nesta matéria.

Durante 2009, as actividades executadas visaram solucionar os problemas relacionados com: saneamento; défice de espaços verdes; degradação das praias, do leito das ribeiras e das encostas; defesa e preservação de certas espécies endémicas. Neste âmbito, foram adquiridos e colocados nas ruas novos contentores de lixo, novos equipamentos para limpeza e para o pessoal da área. As campanhas de sensibilização comunitária, em parceria com as Associações de Desenvolvimento Comunitário levadas a cabo nas diversas zonas do Concelho tiveram como propósito principal a sensibilização da comunidade sobre as causas de degradação do meio ambiente e as consequências e os riscos em que se incorre toda a humanidade e, em consequência, incutir nas pessoas uma nova atitude e postura perante as questões ambientais de modo que a luta pela preservação do meio ambiente seja travada numa frente unica e alargada.

De salientar que, para além da aquisição dos novos equipamentos e material de trabalho para o saneamento, acções concretas foram implementadas, designadamente: campanhas de limpeza na Vila e em Chão Bom, combate aos focos de lixo através do reforço do pessoal de fiscalização e de limpeza; construção de 54 casas de banho na Vila e em Chão Bom.

De frisar também que, no âmbito da política de protecção das praias e das tartarugas marinhas no período da desova, manteve-se a parceria com a Capitania dos Portos, assegurando salário a mais dois guardas, sendo um em Chão Bom e outro em Ribeira das Pratas, perfazendo um total de 6 guardas que vigiam as praias de Vila, de Chão Bom e de Ribeira das Pratas.

6.3 – Saneamento

Para além de algumas acções empreendidas no âmbito do Plano Ambiental Municipal, como frisado na secção precedente, a área de saneamento continua a merecer uma grande atenção, mantendo os espaços urbanos salubres e saudáveis. As condições de trabalho no sector vêm sendo objecto de reorganização e de melhoria constante, através de uma gestão rigorosa e criteriosa dos meios existentes. De entre as acções levadas a cabo, destacam-se: a substituição e o reforço do número de contentores nas ruas, a limpeza e recolha assíduas e diárias do lixo em Vila e Chão Bom; a prossecução da recolha do lixo nas zonas rurais de Achada Longueira, Ribeira das Pratas, Achada Moirão, Achada Tenda, Achada Biscainhos, Ponta Furna e Trás dos Montes; campanhas de sensibilização no combate ao

lixo; campanhas de limpeza envolvendo as associações juvenis e grupos desportivos do concelho; redefinição de um novo horário para o pessoal de limpeza, ajustamento do horário de trabalho.

Na vertente de resíduos líquidos, convém frisar: a realização de mais 138 ligações domiciliárias à rede de esgotos entre Vila e Chão Bom, elevando-se o numero total de ligações para 260; a construção de 54 casas de banho nos dois principais aglomerados urbanos.

7 – Actividades desportivas, recreativas e culturais

O objectivo da intervenção da Câmara Municipal nas áreas do desporto e da cultura assenta-se em dois pressupostos. O primeiro tem a ver com a estrita promoção dessas actividades, na perspectiva da sua dinamização e valorização. O segundo concerne à função social de que reveste estas actividades, podendo, por isso, servirem-se de alavancas para a dinamização da vida social, funcionando como vectores de integração e do reforço da coesão social. É inquestionável os ganhos alcançados na promoção e valorização das actividades desportivas e culturais no concelho e o papel que estas actividades têm tido na integração social. No incentivo e apoio às actividades desportivas, recreativas e culturais, deve-se destacar três momentos distintos: um primeiro que coincide com as festividades do dia do município e as demais festas de romarias; um segundo que coincide com as férias do fim do ano lectivo, durante o verão; e um terceiro que coincide com a participação dos diversos clubes e modalidades nos respectivos campeonatos.

7.1. Actividades desportivas

A Câmara Municipal, ao incentivar e apoiar a prática do desporto, prossegue um duplo objectivo: o de melhoria da competitividade e o de educação e formação para a cidadania.

Neste contexto, a Câmara Municipal incentivou, promoveu e apoiou um conjunto variado de actividades durante 2009, cuja agenda foi marcada pela realização de competições nas modalidades de futebol, voleibol, basquetebol, andebol, atletismo, ciclismo, nas diversas festas de romaria no Concelho.

O momento de maior interesse na realização destas actividades, foi, sem dúvida, o que coincidiu com a comemoração do dia do Município, a 15 de Janeiro, ocasião em que, para além das actividades acima mencionadas, também se realizam competições no domínio do desporto náutico.

Na perspectiva de alargar a prática do desporto a todo o concelho e aproveitando a sua vertente mobilizadora que é sempre aproveitada para formação da cidadania, a Câmara Municipal aproveita as festas de romarias para a promoção e a realização de diversas competições, nas diversas modalidades, em várias zonas do concelho, designadamente: 19 de Março, dia de São José, nas zonas de Trás-os-Montes e Ponta Furna; 13 de Maio, comemoração de Nossa Senhora de Fátima, nas zonas de Achada Longueira, Milho Branco e Mato Mendes; 13 de Junho, comemoração de Santo António, nas zonas de Achada Moirão, Biscainhos e Mato Brasil; 28 de Agosto, Comemoração de Santo Agostinho em Achada Tenda; 18 de Dezembro, comemoração de Nossa Senhora de Boa Esperança, em Ribeira das Pratas.

Para além da realização de competições no âmbito de comemoração das festividades de romarias, existe ainda, para cada modalidade, um momento importante que é o de participação no respectivo campeonato. Neste âmbito, assume-se, sem complexo, que graças a uma aproximação da Câmara Municipal aos agentes desportivos, bem como o bom relacionamento e o compromisso assumido por estas duas entidades, Tarrafal tem dominado o desporto no interior de Santiago.

Nas férias lectivas de verão, momento de concentração de um grande número de jovens no Concelho, a Câmara Municipal e os agentes desportivos promovem a realização de uma gama variada de competições que se destinam basicamente à animação e ocupação dos tempos livres por parte dos estudantes em férias. De entre as actividades realizadas, destacam-se: os torneios de futebol de 11 inter-zonas, de fut-sal e de futebol de praia; voleibol e andebol de praia; prova de natação.

Na sua política de incentivo financeiro, realça-se a atribuição de subsídios no valor de: 160.000\$00 a cada um dos cinco clubes federados de futebol de 11; 280.000.00 à Associação de Basquetebol do Tarrafal; 280.000\$00 à Associação Recreativa e Desportiva Graciosa, na modalidade de Andebol; 250.000.00 à Escola de Voleibol do Tarrafal; 60.000\$00 ao Basquetebol Sénior Masculino de Chão Bom; subsídio financeiro mensal às Escolas de

formações desportivas como forma de incentivar e massificar o desporto no concelho, tendo sido contemplado a Associação de Basquetebol do Tarrafal, a Escola de Andebol Graciosa e a Escola de Futebol de Chão Bom; apoio financeiro aos grupos e escolas desportivos para a participação nos torneios e campeonatos das festas comemorativas dos outros municípios de Santiago; apoio na realização de formações para os atletas e dirigentes, nas modalidades de Voleibol, Andebol, Basquetebol, dentro e fora do concelho.

Convém ainda realçar a realização das seguintes actividades: Fórum Pensar Desporto no concelho do Tarrafal e Gala Desportiva; a realização da Segunda Edição da Taça Graciosa, entre as cinco equipas federadas de Futebol de 11 do concelho; o encontro com Grupos Culturais e Desportivos para recolha de subsídios e formalização das comissões de apoio às actividades de Verão e da festa do Município do Tarrafal e de Santo Amaro; as participações na Palestra sobre a Lei de base desportiva, no Concelho de S. Miguel e na formação sobre a Gestão Desportiva, na Escola de Negócios e Governação da Universidade de Cabo Verde.

7.2 – Actividades Recreativas e Culturais

A política de incentivo, de apoio e de promoção das actividades recreativas e culturais seguida pela Câmara Municipal, nos últimos tempos, proporcionou uma grande dinâmica à vida cultural neste concelho, acabando por configurar uma agenda cultural cujos momentos mais altos de realização coincidem com as festividades de romaria nas diversas localidades do concelho. De entre as principais actividades realizadas, destacam-se: o teatro, a música, a dança e o batuque. O primeiro momento da agenda cultural e, sem dúvida alguma o maior de todos, coincide com o da comemoração do dia do município e de Santo Amaro, 15 de Janeiro, momento em que o leque do programa de actividades é mais alargado, abarcando: exposições de pintura, amostra de rendas e bordados do Concelho, corte e costura, lançamento de livro, homenagem a artistas, desporto náutico e feira de artesanato.

Para além de actividades culturais directamente realizadas pela Câmara Municipal, houve actividades culturais de iniciativa de grupos organizados, apoiados pela Câmara Municipal, de entre as quais se destacam: Financiamento para edição de livros e de CD e DVD de músicas; Abertura e funcionamento do Centro de Artes e Ofícios de Trás di Munti; participação num colóquio em Portugal subordinado ao tema “*Relação de Cultura e Secretariado entre dois países de língua oficial portuguesa: Cabo Verde e Portugal*”; apoio material e financeiro na realização da segunda edição do movimento cívico Chão

Bom em Movimento; promoção do desfile de Carnaval, com a atribuição de subsídio financeiro no valor de 120.000.00 a cada um dos três grupos carnavalescos e atribuição de prémios ao primeiro e ao segundo classificados nos valores de 120.000\$00 e 80.000\$00, cabendo também ao Rei e à rainha um prémio simbólico de 15.000\$00 cada; promoção do artesanato local, nas feiras da Praia, da Expotur em São Vicente, de Caldas da Rainha e de Marinha Grande, em Portugal; formação em Artes de Cabedal aos jovens do concelho, no Centro de Artes e Ofícios de Trás dos Montes; realização de actividades culturais e recreativas no verão, para ocupação dos tempos livres.

8. Infra-estruturas e Obras Municipais

A Câmara Municipal tem aproveitado a realização das infraestruturas e obras municipais para atenuar, em grande medida, as dificuldades por que atravessa a população em consequência dos sucessivos fracos resultados dos anos agrícolas, agravadas pelo encerramento das Frentes de Alta intensidade de mão-de-obra. O ano de 2009 não foge à regra. Pese embora a difícil situação social e económica das famílias no meio rural que obrigou a que se mantenha aberto um número significativo de postos de trabalho, em detrimento de realização de obras programadas, situação que foi agravada pelos feitos da crise financeira e económica internacional que resfriou a dinâmica de que o sector do turismo vinha dando sinais no Tarrafal, o nível de realizações alcançado é bastante satisfatório.

De entre as realizações do ano, merecem ser destacadas as que se seguem:

Centro de Artes e Ofícios de Trás-os-Montes

Neste projecto, para a conclusão da obra, foram executadas as tarefas de madeiramento e de cobertura do alpendre com ramos de coqueiro, pelo valor de 1.353.918\$00.

Centro comunitário de Ribeira das Pratas

Execução das seguintes tarefas : demolição da cobertura, betonagem rés-do-chão, alvenaria, cobertura, redes de esgoto e de água, reboco, colocação de mosaico e de azulejo, electrificação, serralharias em ferro e em alumínio, calcetamento de acesso, pintura, carpintaria. Os trabalhos executados custaram 5.954.620\$00.

Estrada de Achada do Meio

Anualmente são executadas obras de recuperação e de manutenção. Em 2009 as despesas realizadas atingiram o montante de 435.219\$00.

Arruamento em Colhe Bicho e Sarado Cabinda

As obras de arruamento prosseguiram nos bairros de Colhe Bicho e Sarado Cabinda, tendo sido executado nessas duas zonas: 5.158 m² de calçadas; 23,52 m³ de escavação de fundação para cabouco; 13,42m³ de alvenarias nas fundações de cabouco; 45,80 m³ de alvenarias em elevação. Os trabalhos realizados custaram 8.562.170\$00.

Estrada de Bimbirim

Nesta localidade foi calçetada uma via de acesso às moradias, tendo sido executada 1.469 m² de calçada à portuguesa que custou 749.850\$00.

Estrada de Ponta Lagoa – acesso a Cascais

Deu-se continuidade aos trabalhos, com a execução das seguintes tarefas : calçetamento e execução de muros de protecção às residências e passeios, tendo sido investido 541.000\$00.

Arruamento em Ponta Ribeira – Chão Bom

Os trabalhos de arruamento em Chão Bom prosseguiram na zona de Ponta Ribeira, com um total de 4.544m² de calçada executado, tendo o montante dos investimentos realizados atingido os 13.100.000\$00.

Curral Velho e Achada Ponciano

Os trabalhos de manutenção de estrada e de um reservatório de água custaram 1.259.100\$00.

Praça Achada Baixo - Vila

Retomou-se os trabalhos para a conclusão da Praça, tendo sido colocado 5.000,00 m² de pavés, pelo valor de 433.400\$00.

Reservatório de água – Trás-os-Montes

Com vista q resolver o problema de abastecimento de água nas zonas a nordeste, deu-se início aos trabalhos de construção de um reservatório de água, tendo sido despendido um valor de 109.500\$00.

Fazenda – Electrificação com recurso q energia solar

Experiência inédita em Cabo Verde que custou 13.000.000\$00, cofinanciado pelo Governo das Canárias e a Câmara Municipal

Reabilitação do antigo Mercado Municipal

Na perspectiva de dotar o município de mais e melhores espaços culturais, procedeu-se à remodelação do antigo mercado, transformando-o num espaço para a promoção do artesanato e cultura, com a parceria do Cooperação Luxemburguesa, tendo o Governo de Cabo Verde mediado na celebração do protocolo de financiamento. Neste projecto foi investido cerca de 27.000.000\$00.

Electrificação

No domínio da electrificação rural, destacam-se de entre outras projectos, a electrificação das localidades de Biscainhos e Achada Biscainhos, bem como a conclusão da electrificação da zona de Cuba, custando à Câmara Municipal cerca de 30.000.000\$00

Gabinete do Presidente, aos 26 de Fevereiro de 2009

O Presidente,

João Domingos Barros Correia